



Construindo Fronteiras Morais: A Política de Combate às Drogas em Belém do Século XX.

Autor: Marcelo Igor Castro França da Silva
Orientadora: Prof. Cristina Donza Cancela

INTRODUÇÃO

Durante as efervescentes décadas de 1930 a 1950 em Belém do Pará, vivenciou-se um período de intensas mudanças sociais, políticas e morais. Essa era foi marcada pelo surgimento de narrativas moralizadoras, decididas a redefinir hábitos e costumes de toda uma parcela da população amazônica, especialmente no que diz respeito ao consumo de entorpecentes e álcool. A escolha da periodização é estratégica, embora abranja períodos políticos distintos, como a "revolução" de 1930, o Estado Novo e a redemocratização, esta abordagem permite uma análise comparativa das políticas de controle durante períodos autoritários e supostamente democráticos. Sob a égide governamental de Magalhães Barata, houve uma ideologia trabalhista e moralizadora que buscava impor disciplina e delineava o caminho para a proibição e repressão do uso de drogas, com destaque para a maconha. Ao explorar esse tema, a pesquisa propõe-se a compreender as complexas relações entre o controle estatal, as resistências sociais e a construção da identidade social e moral da cidade, oferecendo uma análise das nuances desse período transformador que moldou Belém. Cada fase política revela sutis diferenças específicas nas dinâmicas de controle social, proporcionando uma compreensão mais abrangente das transformações ocorridas.

METODOLOGIA

A pesquisa propõe analisar as experiências cotidianas e a organização social das camadas populares de Belém do Pará frente às políticas de drogas entre 1930 e 1950. Busca-se compreender como essas políticas afetaram diretamente esses grupos sociais, utilizando o cotidiano como uma lente "vista de baixo". As fontes primárias, como os processos criminais e os periódicos da época, são essenciais para reconstruir o cenário da criminalização e do controle social relacionados ao consumo de entorpecentes. A análise das condições sociais e das estratégias adotadas pelas classes populares frente às políticas estatais de controle de drogas visando entender a seletividade social e racial nas ações de controle do Estado. Os jornais do período, como A Província do Pará, a Folha do Norte são fundamentais para compreender a difusão e a percepção dessas políticas pela sociedade da época, apesar de refletirem a perspectiva da mídia burguesa e do próprio Estado.

DESENVOLVIMENTO

O período que precedeu a proibição da maconha no Brasil foi marcado por uma crescente preocupação social e política em relação ao seu uso, impulsionada por discursos conservadores e autoritários. Esses discursos associavam o consumo de maconha a práticas culturais consideradas atrasadas e ameaçadoras para a ordem social, em contraposição ao projeto de modernização e embranquecimento do país. No entanto, análises históricas recentes têm questionado tais percepções, destacando a falta de evidências sólidas sobre os danos causados pela maconha na época da proibição. Revisões de estudos científicos e relatórios governamentais sugerem que muitos argumentos usados para justificar a proibição foram exagerados ou baseados em preconceitos sociais. Além disso, as políticas de controle de drogas no Brasil refletem uma abordagem punitiva e repressiva, resultando frequentemente na marginalização e criminalização de grupos sociais específicos, como minorias étnicas e comunidades de baixa renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interseção entre política, moralidade e identidade social ofereceu uma compreensão ampliada das transformações em Belém nesse período. A análise comparativa das políticas de controle durante períodos autoritários e democráticos destacou diferenças sutis nas dinâmicas sociais. As fontes primárias, como processos criminais e periódicos da época, foram fundamentais para reconstruir o cenário da criminalização das drogas, evidenciando sua complexidade histórica.

A pesquisa revelou nuances complexas nas políticas de controle social relacionadas ao consumo de drogas em Belém do Pará entre 1930 e 1950. Ao analisar as experiências cotidianas das camadas populares, ficou evidente a seletividade social e racial nas ações do Estado. As análises históricas questionaram percepções prévias sobre os danos causados pela maconha, sugerindo a necessidade de revisão das políticas atuais de controle de drogas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES. Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1958.
- CHALHOUB, S. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008.
- HENMAN, A., PESSOA JR., O. (Org.) Diamba sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre maconha. São Paulo: Ground, 1986.
- MACRAE, E.; SIMÕES, J. Rodas de fumo: o uso de maconha entre camadas médias urbanas. Salvador: EDUFBA, 2000. (Drogas: clínica e cultura).
- SAAD, L. "Fumo de negro": a criminalização da maconha no pós-abolição - Salvador: EDUFBA, 2018. 160 p.
- SOBRINHO, A. Entre bebedores e diambistas: o álcool e a maconha no Pará – 1930 a 1950. 2015. Dissertação (Mestrado) – UFPA, Bragança, 2015.